

# Comissão ainda vai corrigir texto

Edson Gés 10.05.91

## Scheila Bernadete

O trabalho de elaboração do projeto orçamentário para 92 já está pronto. O que falta agora são algumas correções no texto, que já está sendo feito na gráfica do Senado. A informação foi dada, ontem, pelo primeiro vice-presidente da Comissão de Orçamento, deputado Sérgio Gaudenzi (PDT-BA). Ele afirmou que, depois de corrigido por uma comissão de cinco parlamentares, designada pelo relator-geral do projeto, o atual ministro da Ação Social Ricardo Fiúza, a proposta terá ainda que ser assinada pelo próprio relator e o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides.

“Aí vai demorar mais um pouquinho, já que são milhares de folhas e anexos para serem rubricados”, disse Gaudenzi. Mesmo assim, o parlamentar previu que isto deverá demorar até a próxima semana, “se o Governo não pressionar”, ressaltou. Na manhã de ontem, o ministro da Economia, Marçílio Marques Moreira, havia revelado na Câmara que o Governo está aguardando o envio da proposta orçamentária para poder definir quais as áreas em que o Executivo poderá remanejar recursos para o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados e pensionistas, conforme sugeriu o Congresso.

A formação de uma comissão para acompanhar o texto orçamen-



**Gaudenzi: sistemática errada**

tário é uma novidade, decidida no início do ano, após as críticas de inúmeros parlamentares, que haviam detectado alterações no valor correto da destinação de recursos. Conforme a assessoria do PSDB na Câmara, depois de o projeto já ter sido aprovado no Congresso, os parlamentares entravam em recesso sem proceder a qualquer tipo de acompanhamento no Prodasen. Devido a esta indiferença, o relator da Comissão, deputado João Alves (PFL-BA), constatou,

depois de aprovado, que o Orçamento destinou verbas a mais para municípios de sua base eleitoral. “Coincidentemente para valores bem superiores”, segundo o próprio deputado havia informado quando foi acusado de manipulação dos recursos.

“Mesmo com a Comissão, os partidos irão analisar e checar todo o projeto, de acordo com as notas taquigráficas e emendas aprovadas”, informou Gaudenzi. Ele acha, no entanto, que isto poderá ser feito depois de impresso o projeto e sancionado pelo Presidente. E que há a possibilidade de recurso judicial, se constatado que a proposta foi modificada. O deputado afirmou não acreditar nas denúncias que confirmam mais de 550 emendas apostas ao projeto, depois da aprovação em plenário. “O que acontece é que as emendas vão para os relatores parciais. Muitas delas são alteradas por eles e depois reapresentadas como subemendas do relator”.

De acordo com Gaudenzi, a sistemática é que está errada e foi constatada ao longo dos trabalhos da Comissão. No entanto, não pode ser modificada porque já havia toda uma programação feita anteriormente e iria provocar um atraso muito grande no andamento da proposta. “O pior é que a gente destina as verbas para determinados municípios e nosso nome acaba não aparecendo”.